



**INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO
RURAL**

PROVA OBJETIVA



Nome do(a) Candidato(a):

Inscrição:

ENGENHEIRO FLORESTAL

PROVA TIPO:A

Duração: 2h (duas horas)

Leia atentamente as instruções abaixo:

01 Você recebeu do fiscal o seguinte material:

- a) Este caderno, com 10 (dez) questões da prova objetiva, sem repetição ou falha.
- b) Um cartão de respostas destinado às respostas das questões objetivas.

02 Verifique se este material está em ordem e se o seu nome, cargo e número de inscrição conferem com os dados que aparecem no cartão de respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

03 Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do cartão de respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.

04 No cartão de respostas da prova objetiva, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

05 Não haverá substituição do Caderno de Questões e do Cartão Resposta por erro de preenchimento.

06 Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

07 A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, portanto não são permitidas perguntas aos fiscais.

08 A duração da prova é de 2 (duas) horas incluindo o tempo para o preenchimento do Cartão Resposta. Os rascunhos e as marcações assinaladas no caderno de questões não serão levados em consideração.

09 O candidato poderá entregar seu cartão de respostas, seu caderno de questões e retirar-se da sala de prova somente depois de decorrido 1 (uma) hora do início da prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o Termo de Ocorrência declarando sua desistência do certame, que será lavrado pelo Coordenador do local. O candidato só poderá retirar-se do recinto da prova, portando o caderno de provas, após transcorrida 1 hora e 30 minutos de seu início.

10 Ao terminar a prova de conhecimentos, o candidato entregará, obrigatoriamente, o seu cartão de respostas. O candidato que se retirar da sala levando o cartão de respostas estará automaticamente eliminado do certame.

11 O candidato que utilizar material de consulta, qualquer sistema de comunicação, ou qualquer material eletrônico será eliminado do certame.

12 Os 3 (três) últimos candidatos permanecerão sentados até que todos concluem a prova ou que termine o seu tempo de duração, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO PROVA TIPO:A

1 - À luz do Código Florestal, em uma pequena propriedade rural de Roraima foi identificada degradação da Área de Preservação Permanente (APP) ripária. O produtor deseja recuperar a área sem perder totalmente a função produtiva, a alternativa legalmente mais adequada é:

- (A) Implantar monocultura florestal comercial de rápido crescimento;
- (B) Converter a Área de Preservação Permanente (APP) em Reserva Legal;
- (C) Converter a Área de Preservação Permanente (APP) em Reserva Legal;
- (D) Utilizar a Área de Preservação Permanente (APP) para pastagem controlada;
- (E) Recuperar a Área de Preservação Permanente (APP) com espécies nativas, admitindo uso sustentável de baixo impacto.

2 - Uma comunidade indígena de Roraima solicita apoio técnico para comercialização de Produtos Florestais não Madeireiros (PFNMs) oriundos de suas terras tradicionais. Em sua atuação, o engenheiro florestal deve considerar que essa atividade:

- (A) É vedada pela Constituição Federal;
- (B) Depende exclusivamente de licenciamento estadual;
- (C) Deve respeitar a autonomia indígena e a legislação ambiental específica;
- (D) Exige concessão florestal pública;
- (E) Só é permitida mediante parceria com empresas privadas.

3 - Uma associação rural propõe manejo comunitário de madeira em área de floresta nativa fora de Unidade de Conservação. Para garantir segurança jurídica e sustentabilidade, o engenheiro florestal deve priorizar:

- (A) Autorização informal do órgão ambiental;
- (B) Exploração baseada apenas em práticas tradicionais;
- (C) Plano de Manejo Florestal Sustentável aprovado pelo órgão competente;
- (D) Registro exclusivo do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR);
- (E) Licenciamento simplificado sem inventário florestal.

4 - Durante a elaboração de projeto técnico para acesso ao crédito rural em Roraima, o engenheiro florestal identifica inconformidades ambientais no imóvel. A decisão tecnicamente correta é:

- (A) Omitir as inconformidades para viabilizar o financiamento;
- (B) Integrar a regularização ambiental ao projeto produtivo;
- (C) Priorizar a viabilidade econômica em detrimento da legal;
- (D) Cancelar definitivamente o projeto;
- (E) Transferir a responsabilidade integral ao produtor.

5 - Uma proposta extensionista incentiva a intensificação produtiva em áreas já antropizadas evitando novos desmatamentos. Essa abordagem está alinhada com qual princípio da legislação ambiental brasileira?

- (A) Supremacia do interesse econômico;
- (B) Uso alternativo irrestrito do solo;
- (C) Livre conversão florestal;
- (D) Direito absoluto de propriedade;
- (E) Função social da propriedade.

6 - Na Amazônia, as Unidades de Conservação classificadas como de Proteção Integral desempenham papel fundamental na preservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais. Considerando os objetivos estabelecidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), a atividade permitida nessas áreas é:

- (A) Manejo florestal sustentável em pequena escala para fins econômicos;
- (B) Exploração econômica dos recursos naturais mediante licenciamento ambiental;
- (C) Desenvolvimento de atividades agropecuárias de baixo impacto ambiental;
- (D) Uso indireto dos recursos naturais, como pesquisa científica e visitação pública controlada;
- (E) Desenvolvimento de atividades agropecuárias de impacto parcial ambiental.

7 - No contexto amazônico de Roraima, onde predominam sistemas de agricultura familiar, produção agroecológica e áreas ambientalmente sensíveis, a certificação orgânica constitui um importante instrumento regulatório. A função primordial nesse cenário é:

- (A) Comprovar a conformidade dos sistemas produtivos com normas ambientais, sociais e técnicas específicas da produção orgânica;

- (B) Garantir a rastreabilidade de produtos transgênicos oriundos de sistemas de produção integrada na Amazônia;
- (C) Validar exclusivamente o uso de defensivos naturais previamente registrados em órgãos reguladores;
- (D) Assegurar equivalência com padrões internacionais de produção convencional sustentável;
- (E) As alternativas A e B estão corretas.

8 - Na prática da agricultura familiar, especialmente em sistemas de base agroecológica e orgânica, adubação verde é considerada uma prática essencial podendo afirmar que o objetivo principal é:

- (A) Produção de biomassa vegetal destinada à geração de energia e à comercialização;
- (B) Incremento da estrutura e da fertilidade do solo por meio da produção e incorporação de biomassa vegetal, reduzindo a dependência de insumos externos;
- (C) Controle indireto de pragas exclusivamente pela liberação de compostos alelopáticos no solo;
- (D) Compactação controlada do solo para aumentar a retenção hídrica em períodos de estiagem;
- (E) As alternativas A e D estão corretas.

9 - No cotidiano da gestão ambiental, especialmente em processos de criação, manejo e fiscalização de áreas protegidas, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) orienta as ações do poder público e da sociedade. O instrumento legal regulamentador desse sistema no Brasil é:

- (A) Dispositivos gerais da Constituição Federal de 1988 aplicáveis ao meio ambiente;
- (B) Normas complementares previstas no Código Florestal Brasileiro;
- (C) Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;
- (D) Regulamentações estabelecidas pela Lei de Crimes Ambientais;
- (E) Lei nº 14.985, de 18 de julho de 2018.

10 - Na Amazônia roraimense, a fragmentação florestal decorrente da expansão agropecuária, abertura de estradas e crescimento urbano tem provocado alterações relevantes na estrutura e no funcionamento dos ecossistemas. Nesse contexto, um dos principais impactos associados a esse processo é:

- (A) Aumento da conectividade ecológica entre os fragmentos florestais remanescentes;
- (B) Perda de biodiversidade e isolamento de populações de fauna e flora;
- (C) Ampliação das áreas de vida de espécies generalistas, sem efeitos ecológicos negativos;
- (D) Manutenção da estabilidade ecológica dos fragmentos, independentemente do grau de isolamento;
- (E) Ganho de biodiversidade e isolamento de populações de fauna e flora.